

REUNIÃO DE MINISTROS DA JUSTIÇA OU DE MINISTROS
OU PROCURADORES-GERAIS DAS AMÉRICAS
1º a 3 de dezembro de 1997
Buenos Aires, Argentina

OEA/Ser.K/XXXIV.2
REMJA/doc.33/97
3 dezembro 1997
Original: espanhol

RELATÓRIO FINAL

ÍNDICE

	<u>Página</u>
NOTA EXPLICATIVA	v
I. ANTECEDENTES	1
II. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS	2
1. Sessão de Abertura	2
2. Primeira Sessão de Trabalho	2
3. Segunda Sessão de Trabalho	3
4. Terceira Sessão de Trabalho	3
5. Quarta Sessão de Trabalho	3
a) Continuação do tema 4 da agenda	3
b) Consideração do tema 3 da agenda	3
c) Consideração do tema 5 da agenda	4
6. Grupo de Redação	4
7. Quinta Sessão de Trabalho	4
1. Assuntos gerais	4
2. Consideração das conclusões e recomendações	5
III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	5
A. Conclusões	5
B. Recomendações	6
IV. SESSÃO DE ENCERRAMENTO	7

V.	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	7
VI.	ANEXOS:	
A.	LISTA DE PARTICIPANTES	11
B.	LISTA DE DOCUMENTOS	27

NOTA EXPLICATIVA

A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, com a anuência do Presidente da Reunião, Doutor Raúl E. Granillo Ocampo, Ministro da Justiça da Argentina, elaborou o presente Relatório Final da Reunião de Ministros da Justiça ou Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas.

A Secretaria-Geral publica, nos quatro idiomas oficiais da Organização, o presente relatório que contém as conclusões e recomendações a serem transmitidas ao Conselho Permanente da OEA, para os fins previstos na resolução CP/RES. 709 (1141/97), aprovada por este órgão em sua sessão de 28 de outubro de 1997.

A presente publicação anexa a lista de documentos em que se identificam as exposições gerais formuladas pelas delegações.

3 de dezembro de 1997.

RELATÓRIO FINAL

I. ANTECEDENTES

A Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, mediante a Declaração do Panamá sobre a Contribuição Interamericana para o Desenvolvimento e Codificação do Direito Internacional, aprovada pela Assembléia Geral em seu Vigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões [AG/DEC. 12 (XXVI-O/96)], declarou, em seus parágrafos 12 e 13, “Sua vontade de que a Organização dos Estados Americanos, por meio de cursos, seminários, estudos e publicações no campo do Direito Internacional, bem como da cooperação jurídica, continue cumprindo sua importante tarefa de capacitação e informação de juristas, diplomatas, acadêmicos e funcionários de toda a região”, bem como o “seu interesse em promover a mais ampla divulgação possível do sistema jurídico interamericano”.

Acolhendo a iniciativa do Doutor Cesar Gaviria Trujillo, Secretário-Geral da Organização de Estados Americanos, o Conselho Permanente, por meio de sua Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos, começou, em abril de 1997, a considerar a realização, no âmbito da OEA, de uma reunião de Ministros da Justiça.

Como consequência, a Assembléia Geral, reunida por ocasião do Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões em Lima, Peru, aprovou a resolução AG/RES. 1482 (XXVII-O/97), ordenando os trabalhos preparatórios para essa reunião.

A Assembléia Geral solicitou também ao Conselho Permanente que apresente um relatório sobre o cumprimento da presente resolução à Assembléia Geral em seu Vigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões.

De acordo com esse mandato, o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, levando em conta o oferecimento de sede para a Reunião de Ministros da Justiça ou Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas e das diretrizes sobre a temática para a reunião apresentado pela Missão Permanente da Argentina, aprovou a resolução CP/RES. 709 (1141/97), convocando a reunião para os dias 1º, 2 e 3 de dezembro de 1997, para trabalhar de acordo com a seguinte agenda:

1. Estado de Direito. Novas instituições e novos desenvolvimentos:
 - a) Experiências em nível nacional
 - b) Experiências em nível regional e sub-regional
2. Modernização e fortalecimento da administração da justiça. Processos de reforma, novas tendências e o uso de mecanismos como Arbitragem, Mediação e Conciliação.
3. A luta contra a corrupção, o crime organizado e outras atividades delituosas:
 - a) Experiências em nível nacional
 - b) Iniciativas para fortalecer a cooperação legal/judicial.
4. Análise da aplicação dos convênios ou acordos de cooperação ou de assistência jurídica e judicial no âmbito americano.

5. A política penitenciária e os processos de reforma. Garantia das iniciativas orientadas para a readaptação e reinserção social do detido/condenado.

II. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

1. Sessão de Abertura

Em 1º de dezembro de 1997, às 10h20, foi aberta a Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas na sede do Banco Ciudad de Buenos Aires. Pronunciaram discursos o Embaixador Flavio Darío Espinal, Representante Permanente da República Dominicana junto à OEA na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente; o Doutor César Gaviria Trujillo, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos; e o Senhor Ministro da Justiça de Argentina, Doutor Raúl E. Granillo Ocampo, que declarou aberta a Reunião. Esteve também presente o Embaixador Daniel Castruccio, Subsecretário de Coordenação e Relações Institucionais do Ministério das Relações Exteriores, do Comércio Internacional e do Culto.

2. Primeira Sessão de Trabalho

O Embaixador Flavio Darío Espinal, atuando como Presidente Provisório da Reunião, declarou aberta a Primeira Sessão de Trabalho. Na ocasião, procedeu-se à eleição das autoridades, sendo acordado por aclamação:

1. Presidente

Doutor Raúl Granillo Ocampo
Ministro da Justiça da República Argentina
Chefe da Delegação — Argentina

2. Primeiro Vice-Presidente

Doutor Rubén Antonio Mejia Peña
Ministro da Justiça de El Salvador
Chefe da Delegação — El Salvador

3. Segundo Vice-Presidente

Senhora Thea Herman
Vice-Ministra Adjunta, Setor de Política,
Ministério da Justiça do Canadá
Chefe da Delegação — Canadá

Em seguida, ouviram-se as exposições gerais formuladas pelos chefes das delegações de Chile, Equador, México, Trinidad e Tobago, Canadá, Brasil, Nicarágua, Colômbia e Estados Unidos.

3. Segunda Sessão de Trabalho

Às 15h00 de 1º de dezembro de 1997, o Presidente da Reunião declarou aberta a Segunda Sessão de Trabalho para a consideração do tema 1 da agenda: “Estado de Direito. Novas Instituições e Novos Desenvolvimentos: a) Experiências em nível nacional; b) Experiências em nível regional e sub-regional.”

Sobre o tema, fizeram uso da palavra os Chefes das Delegações da Colômbia, Argentina, Bolívia, Haiti, Chile, Uruguai, Trinidad e Tobago, Canadá, Peru, República Dominicana, El Salvador, Equador, México e Nicarágua.

4. Terceira Sessão de Trabalho

A Terceira Sessão de Trabalho foi aberta às 9h30 de 2 de dezembro de 1997, para considerar o tema 4 da agenda de trabalho: “A luta contra a corrupção, o crime organizado e outras atividades delituosas: a) Experiências em nível nacional; b) Iniciativas para fortalecer a cooperação legal/judicial”.

Sobre o tema, fizeram uso da palavra as Delegações do Peru, México, Colômbia, Venezuela, República Dominicana, Argentina, Haiti, Canadá e Trinidad e Tobago.

5. Quarta Sessão de Trabalho

a) Continuação da consideração do tema 4 da agenda

Em 2 de dezembro de 1997, às 15h00, teve início a Quarta Sessão de Trabalho, que deu continuidade à consideração do tema 4 da agenda: “A luta contra a corrupção, o crime organizado e outras atividades delituosas”.

Na oportunidade, ouviram-se as apresentações dos Chefes das Delegações do Chile, Peru, Nicarágua, Panamá, Equador e Bolívia.

b) Consideração do tema 3 da agenda

A seguir, deu-se início à consideração do tema 3 da agenda: “Análise da aplicação dos convênios ou acordos de cooperação ou de assistência jurídica no âmbito americano”.

Sobre o tema, o Representante da Secretaria-Geral, Doutor Enrique Lagos, Subsecretário de Assuntos Jurídicos, apresentou a resenha do conteúdo do documento de base intitulado “A Cooperação Jurídica e Judicial nas Américas” (REMJA/doc.5/97).

As Delegações do Peru, Equador, Estados Unidos, Argentina, México, República Dominicana, Chile e Uruguai, após agradecer o Subsecretário de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral pela apresentação do citado documento de valor e utilidade incontestáveis para o exame do tema em pauta, apresentaram as suas observações com relação à questão em estudo.

c) Consideração do tema 5 da agenda

Concluída a consideração do tema 3 da agenda, iniciou-se o tratamento do tema 5: “A política penitenciária e os processos de reforma. Garantia das iniciativas orientadas para a readaptação e reinserção social do detido/condenado”.

As Delegações do Peru, Argentina, Chile e Venezuela apresentaram comentários ao referido tema.

Esgotada a consideração dos temas da agenda da Reunião de Ministros da Justiça das Américas, o Presidente da Reunião colocou em pauta a composição de um grupo de redação aberto a todas as delegações para elaborar as conclusões e recomendações que fossem julgadas pertinentes.

6. Grupo de Redação

Em 3 de dezembro de 1997, às 9h30, reuniu-se o Grupo de Redação para elaborar as conclusões e recomendações emanadas durante a consideração da agenda da reunião.

O trabalho do Grupo de Redação baseou-se em um projeto de conclusões e recomendações preparado pela Secretaria-Geral.

7. Quinta Sessão de Trabalho

Às 11h00 de 3 de dezembro, o Presidente declarou aberta a quinta reunião de trabalho para a consideração dos assuntos que aparecem na ordem do dia, documento REMJA/doc.28/97.

1. Assuntos gerais

a) Oferecimento de sede para a Segunda Reunião de Ministros da Justiça das Américas

O Governo da República do Peru ofereceu o seu país como sede para a Segunda Reunião de Ministros da Justiça das Américas, a realizar-se no segundo semestre de 1998.

A Reunião aceitou e agradeceu o oferecimento de sede por parte do Governo da República do Peru e acordou que a agenda dessa reunião, que tratará dos temas que forem julgados prioritários, será preparada no âmbito da OEA.

b) Reunião de peritos governamentais

A reunião aceitou e agradeceu o Governo do Chile pelo oferecimento de sede da reunião de peritos governamentais que terá o objetivo de incorporar os temas fundamentais do setor da justiça na próxima Cúpula das Américas, que se realizará em abril de 1998.

2. Consideração das conclusões e recomendações

O Representante da Argentina apresentou o documento elaborado pelo Grupo de Redação sobre as conclusões e recomendações acordadas durante a reunião.

Após algumas observações de forma e de fundo apresentadas pelas delegações, a reunião aprovou as conclusões e recomendações, cujo texto é transcrito no capítulo seguinte deste relatório.

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao terminarem as discussões sobre os diferentes temas de sua agenda, a Primeira Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas chegou às seguintes conclusões e recomendações:

A. CONCLUSÕES

1. Um sistema jurídico que garanta os direitos e obrigações das pessoas, facilite o adequado acesso à justiça e conceda a devida segurança à sociedade é um elemento essencial para consolidar a vigência do Estado de Direito e permitir o desenvolvimento social e econômico como fórmula efetiva da integração de nossos povos.

2. O fortalecimento do sistema jurídico requer normas que preservem a independência do poder judiciário, o contínuo aperfeiçoamento de suas instituições para a eficaz aplicação das regras de direito, bem como a formação e permanente atualização de magistrados, juizes, fiscais ou procuradores e demais funcionários vinculados ao sistema de justiça e dos advogados.

3. As ameaças enfrentadas por nossas sociedades, tais como o crime organizado, a corrupção, o tráfico de drogas, o terrorismo, a lavagem de ativos, o tráfico de crianças e a deterioração do meio ambiente só podem ser combatidos mediante o aperfeiçoamento dos sistemas nacionais de justiça e o fortalecimento das diversas formas de cooperação internacional neste campos.

4. O valioso patrimônio jurídico interamericano que emana dos numerosos tratados elaborados no âmbito da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS exige impulsionar sua efetiva aplicação por meio de uma ágil ratificação das convenções assinadas e de uma adequada divulgação de seus textos e da prática dos Estados.

5. A cooperação jurídica internacional é essencial para o desenvolvimento dos sistemas de justiça nos Estados membros da OEA. Em conseqüência, de conformidade com a legislação de cada país, é necessário trabalhar, entre outras ações, na promoção da assistência jurídica mútua, efetiva e ágil, particularmente no que se refere às extradições, na solicitação de entrega de documentos e outros meios

de prova, no estabelecimento de canais seguros e rápidos de comunicação, como os da Interpol, bem como no fortalecimento do papel das autoridades centrais.

6. Um dos maiores desafios enfrentados por nossas sociedades é conseguir sistemas penitenciários e carcerários que permitam, em condições adequadas, a reabilitação e reinserção plena na sociedade daqueles que houverem sido punidos pelos tribunais de justiça.

B. RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista estas conclusões e a fim de continuar o processo iniciado nesta Reunião, recomendamos:

1. Continuar o processo de fortalecimento dos sistemas jurídicos das Américas, a fim de assegurar o pleno acesso das pessoas à justiça, garantir a independência dos juízes e a eficácia dos procuradores ou fiscais e promover o estabelecimento de sistemas de responsabilidade e de transparência e a modernização das instituições.

2. Abordar os processos de modernização da justiça a partir de óticas multidisciplinares, sem relegá-los apenas a aspectos meramente normativos. Neste sentido, devem ser incorporadas matérias, tais como análises organizacionais, sistemas de gestão, rentabilidade social e estudos econômicos e estatísticos.

3. Propiciar a incorporação de métodos alternativos de solução de conflitos nos sistemas nacionais de administração da justiça.

4. Prosseguir com o aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos interamericanos de cooperação em matéria jurídica, para o qual é necessário que cada Estado avalie a aplicação efetiva dos atuais instrumentos, aplique medidas para sua maior divulgação e promova a formulação de outros instrumentos que forem necessários para fazer frente às novas necessidades.

Solicitar à Secretaria-Geral da OEA um estudo sobre os obstáculos para a aplicação efetiva dos tratados de cooperação jurídica e judicial, com base nos relatórios apresentados pelos Estados sobre esses obstáculos.

5. Promover, no âmbito da OEA, o intercâmbio de experiências nacionais e a cooperação técnica em matéria de política carcerária e penitenciária.

6. Promover o intercâmbio de experiências e cooperação técnica em matérias relativas aos sistemas de processo penal, acesso à justiça e administração judicial.

7. Reforçar a luta contra a corrupção, o crime organizado e a delinquência transnacional e, se for necessário, adotar nova legislação, processos e mecanismos para continuar o combate a estes flagelos.

8. Saudar a realização, em abril de 1998, de uma nova Cúpula das Américas, em Santiago, Chile, e a incorporação do tema do fortalecimento do sistema judiciário e da administração da justiça como especialmente relevante.

9. Criar uma instância de análise de peritos governamentais, com o apoio da OEA, em Santiago, Chile, antes de 28 de fevereiro de 1998, sobre os temas fundamentais do setor da justiça, a fim de incorporar esta análise na Cúpula das Américas.

10. Respaldar, no âmbito da OEA, a realização periódica de Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, com o apoio técnico da Secretaria-Geral da Organização.

11. Aceitar e agradecer o oferecimento do Governo da República do Peru para servir de sede da Segunda Reunião de Ministros da Justiça das Américas, a realizar-se no segundo semestre de 1998, havendo-se decidido que a agenda da referida reunião, concentrada nos temas que se considerem prioritários, seja preparada no âmbito da OEA.

12. Solicitar à OEA que disponha dos recursos financeiros necessários a fim de permitir a realização das diversas recomendações emanadas da Primeira Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas.

IV. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Às 16h00 de 3 de dezembro de 1997, o Doutor Raúl E. Granillo Ocampo, Ministro da Justiça de Argentina, após agradecer as delegações e os observadores e convidados especiais por sua participação na reunião, bem como a colaboração prestada pela Secretaria-Geral da OEA, deu por encerrada a Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou de Procuradores-Gerais.

Em seguida, o Embaixador Flavio Darío Espinal, Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente e Representante Permanente da República Dominicana junto à OEA, agradeceu em nome das delegações presentes e do seu próprio, o Ministro Raúl E. Granillo Ocampo, Presidente da Reunião, pela cordialidade e hospitalidade oferecida na cidade de Buenos Aires, Argentina, e pela sua excelente condução dos trabalhos desta Reunião.

V. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Durante o desenvolvimento das sessões de trabalho da Reunião de Ministros da Justiça das Américas a Secretaria registrou e distribuiu os seguintes documentos de referência:

1. **Cooperación internacional.** Dirección Nacional de Medios Alternativos de Resolución de Conflictos. Secretaría de Asuntos Técnicos y Legislativos. Ministerio de Justicia de la Nación, 1997.
2. **La República Argentina frente al Lavado de Dinero.** Presidencia de la Nación. Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico (SEDRONA), 1997.
3. **Ley Federal contra la Delincuencia Organizada.** Procuraduría Judicial de la República, México, 1997.

4. **La tecnología ha puesto a la ley en sus manos.** Ministerio de Justicia, contém versão em CD, julho de 1997.
5. **La gran reforma de la justicia.** Chile. Secretaría de Comunicación y Cultura. Ministerio — Secretaría General de Gobierno, outubro de 1997.
6. **Plan Director de la Política Penitenciara Nacional.** Ministerio de Justicia de la Nación. Secretaría de Política Penitenciara y de Readaptación Social. Editada por la Dirección Nacional del Registro Oficial. Suipacha 767, Buenos Aires, Argentina.
7. **Comité Asesor Intersectorial para el estudio de la problemática HIV-SIDA en los establecimientos dependientes del Servicio Penitenciario Federal.** Ministerio de Justicia de la Nación — Secretaría de Política Penitenciara y de Readaptación Social, novembro de 1997.
8. **Desarrollo y evaluación Abril 1995 — Marzo 1997.** Ministerio de Justicia de la Nación (Argentina) Secretaría de Política Penitenciara y de Readaptación Social, 1997.
9. **Ejecución de la Pena Privativa de la Libertad Ley 24660.** Ministerio de Justicia de la Nación, Secretaría de Política Penitenciara y de Readaptación Social, 1996.
10. **Reglamento de Disciplina para los internos Decreto N° 18197.** Ministerio de Justicia de la Nación (Argentina) Secretaría de Política Penitenciara y de Readaptación Social, 1997.
11. **Reglamento de Comunicaciones de los Internos.** Boletín Público Normativo Año 5 — N° 71, Buenos Aires, 30 de outubro de 1997.
12. **Programa Nacional de Construcciones Penitenciarias.** Ejecución 1996, República Argentina, Presidencia de la Nación, Ministerio de Justicia.
13. **Gira de Estudio, Tomo 5 en República Federal Alemana, Seminario Internacional para 17 juristas de América Latina.** República de Venezuela. Consejo de la Judicatura, fevereiro de 1997.
14. **Gira de estudios, Tomo II.** En República Federal Alemana, Seminario Internacional para 17 juristas de América Latina, República de Venezuela, Consejo de la Judicatura, fevereiro de 1997.
15. **Política de Reforma Judicial de Venezuela.** Resultado de los Seminarios — Talleres de jueces Junio — Julio — Septiembre y Noviembre 1995, Caracas, junho de 1996.

ANEXO A

REUNIÓN DE MINISTROS DE JUSTICIA O DE MINISTROS
O PROCURADORES GENERALES DE LAS AMÉRICAS
1 al 3 de diciembre de 1997
Buenos Aires, Argentina

OEA/Ser.K/XXXIV.2
REMJA/doc.18/97 rev. 1
3 diciembre 1997
Original: Textual

LISTA DE PARTICIPANTES

ESTADOS MIEMBROS

ARGENTINA

Jefe de Delegación

Dr. Raúl Enrique GRANILLO OCAMPO
Ministro de Justicia de la Nación

Representantes

Dr. Carlos Guillermo OCAMPO
Secretario de Justicia
Ministerio de Justicia de la Nación

Dr. Gustavo Adolfo NAVEIRA
Secretario Técnico y de Asuntos Legislativos
Ministerio de Justicia de la Nación

Dr. Julio APARICIO
Secretario de Política Penitenciaria y Readaptación Social
Ministerio de Justicia de la Nación

Prof. José María CASTIÑEIRA DE DIOS
Director de la Oficina de Ética Pública
Presidencia de la Nación

Embajadora Alicia MARTÍNEZ RÍOS
Representante Permanente de la República ante la OEA
Ministerio de Justicia de la Nación

Embajador Raúl RICARDES
Director General de Organismos Internacionales
Cancillería

Dr. Julio COMADIRA
Jefe de Gabinete del Ministro
Ministerio de Justicia de la Nación

Ministro Eugenio María CURIA
Jefe de la Unidad de Asuntos Internacionales
Ministerio de Justicia de la Nación

Dr. Mariano CIAFARDINI
Director Nacional de Política Criminal
Ministerio de Justicia de la Nación

Dra. Ester RIESEL
Directora Nacional de Medios Alternativos de Resolución de Conflictos
Ministerio de Justicia de la Nación

Dr. Francisco N. MIGLIARDI
Director General de Técnica Legislativa
Ministerio de Justicia de la Nación

Dra. Alicia PERUGINI
Directora de Derecho de la Integración
Ministerio de Justicia de la Nación

Dr. Zenon BIAGOSCH
Comisionado de Lavado de Dinero
SEDRONAR

Ministro María Inés FERNÁNDEZ
Dirección de Organismos Internacionales
Cancillería

Consejero María de los Milagros DONNA RABALLO
Subjefe de la Unidad de Asuntos Internacionales
Ministerio de Justicia de la Nación

Dr. Gustavo DE PAOLI
Subdirector General de Asuntos Jurídicos
Cancillería

Secretario Mauricio ALICE
Misión Permanente de la República ante la OEA

BOLIVIA

Jefe de Delegación

Dra. Ana María CORTES de SORIANO
Ministro de Justicia y Derechos Humanos

BRASIL

Jefe de Delegación

Dr. Iris REZENDE MACHADO
Ministro de Justicia

Representantes

Dra. Sandra VALLE
Secretaria de Justicia
Ministerio de Justicia de Brasil

Ministro Manuel GOMEZ PEREIRA
Asesor Internacional
Ministerio de Justicia de Brasil

D. Wagner Natal BATISTA
Consultor Jurídico
Ministerio de Justicia de Brasil

Dr. Lineu PUPO DE PAULA
Secretario de Embajada
Embajada de Brasil en Argentina

CANADA

Jefe de Delegación

Madame Thea HERMAN
Senior Assistant Deputy Minister, Policy Sector
Department of Justice

Representantes

Madame Oonagh FITZGERALD
General Counsel, International Law and Activities

Counselor Lionel Alain DUPUIS
Alternate Representative of Canada to the OAS and
Chairman of the OAS Working Group on Representative Democracy

COLOMBIA

Jefe de Delegación

Dr. Campo Elias RIVERA PICO
Vice Ministro de Justicia y del Derecho

CHILE

Jefe de Delegación

Dra. María Soledad ALVEAR VALENZUELA
Ministro de Justicia

Representantes

Rafael BLANCO SUAREZ
Jefe de División Jurídica
Ministerio de Justicia

Cristobal PASCAL CHETHAM
Jefe de División Social
Ministerio de Justicia

Sra. Julia Maria LORETO
Jefe de Relaciones Internacionales y Cooperación
Ministerio de Justicia

Augusto QUINTANA BENAVIDES
Asesor Jurídico
Ministerio de Justicia

Ana Maria OJEDA RETAMALES
Asesor de Prensa
Ministerio de Justicia

Dra. Belen SAPAG MUÑOZ de la PEÑA
Encargada de Política Esp. de la Embajada de Chile

ECUADOR

Representantes

Luis HEREDIA MORENO RUIZ
Ministro de la Corte Suprema de Justicia

Jorge RAMIREZ ALVAREZ
Ministro Juez de la Corte Suprema de Justicia

ESTADOS UNIDOS

Jefe de Delegación

Frances Fragos TOWNSEND
Acting Deputy Assistant Attorney General

Representantes

Gregory STEVENS
Attorney, Office of International Affairs

Mark SIEGLER
Consejero
Embajada de los Estados Unidos en Argentina

EL SALVADOR

Jefe de Delegación

Dr. Ruben Antonio MEJIA PEÑA
Ministro de Justicia

Representantes

Dr. Rafael FLORES Y FLORES
Director General
Ministerio de Justicia

Alfonso QUIÑONEZ MESA
Embajador de El Salvador en la Argentina

HAITI

Jefe de Delegación

Dr. Pierre Max ANTOINE
Ministro de Justicia

Representante

Sr. Lionel J. B. BARBEROUSSE
Ministro Consejero
Ministerio de Relaciones Exteriores

HONDURAS

Jefe de Delegación

Dr. Efraín MONCADA SILVA
Ministro de Gobernación y Justicia

Representantes

Mario Tulio BANEGAS REYES
Asesor Secretaría de Gobernación y Justicia

MÉXICO

Jefe de Delegación

Lic. Eduardo IBARROLA NICOLIN
Subprocurador Jurídico de Asuntos Internacionales

Representantes

Lic. Juan Miguel PONCE EDMONSON
Director General de O.C.N.. Interpol

Cap. Santiago GARCIA
Segundo Secretario, Asuntos Políticos
Embajada de México en Argentina

NICARAGUA

Jefe de Delegación

Dr. Julio CENTENO GOMEZ
Procurador General de Justicia

Representante

Dr. Eduardo José SEVILLA SOMOZA
Embajador de Nicaragua en Argentina

PANAMA

Jefe de Delegación

Sr. José Manuel WATSON
Embajador de Panamá en la Argentina

Representante

Soraya CANO F.
Ministro Consejero
Embajador de Panamá en la Argentina

PARAGUAY

Jefe de Delegación

Dr. Juan Manuel MORALES
Ministro de Justicia y Trabajo

Representantes

Dr. Arnaldo GIMÉNEZ CABRAL
Vice Ministro de Justicia

Sonia Isabel ARZAMENDIA
Asesor Jurídico, Subsecretaría de Estado de Justicia

Dr. Oscar Facundo INSFRÁN
Embajador

Sr. Mario SANDOVAL
Ministro de la Embajada del Paraguay en la Argentina

Sr. Carlos José FLEITAS
Primer Secretario de la Embajada del Paraguay en la Argentina

PERU

Jefe de Delegación

Dr. Jorge Alfredo QUISPE CORREA
Ministro de Justicia

Representantes

Embajadora Beatriz M. RAMACCIOTTI
Representante Permanente del Perú ante la OEA

Dr. Luis Guillermo REYES MORALES
Secretario Ejecutivo
Consejo Nacional de Derechos Humanos

Dr. Emilio Alipio MONTES DE OCA BEGAZO
Vocal Supremo

Dr. Juan NAKANDAKARI KANASHIRO
Presidente
Comisión Reorganizadora del Instituto Nacional Penitenciario de Perú

REPÚBLICA DOMINICANA

Jefe de Delegación

Dr. Justo Pedro CASTELLANOS
Abogado, Ayudante del Procurador General de la República, Viceministro

Representantes

Dr. Flavio Darío ESPINAL
Embajador ante la OEA

Dr. Juan José JIMENÉZ SABATER
Embajador en Argentina

TRINIDAD Y TOBAGO

Jefe de Delegación

Sr. Ramesh Lawrence MAHARAJ S.C.
Minister of Government
Attorney General and Leader of the House of Representatives
of the Republic of Trinidad and Tobago

Representante

Embajador Robert M. TORRY
Embajador de la República de Trinidad y Tobago

URUGUAY

Jefe de Delegación

Juan Raúl FERREIRA SIERNA
Embajador del Uruguay en la República Argentina

Representantes

Berta FEDER
Directora de la Dirección de Asuntos de Derecho Internacional
Ministerio de Relaciones Exteriores

Ana Teresa AYALA BARRIOS
Segundo Secretario de la Embajada

VENEZUELA

Jefe de Delegación

Dr. Hilarión CARDOZO
Ministro de Justicia

Representantes

Dra. Rosalinda PAIVA HERNANDEZ
Juez Decimo Cuarto Penal de Caracas

Dr. Ernesto KLEBER LAMORTE
Consultor Jurídico
Ministerio de Relaciones Exteriores, Caracas

Dra. Rosa Milagros BENAZAR de SALAZAR
Directora Gral. Sectorial de Defensa y Protección Social

Sra. Luz María GIL de ESCARRA
Consultor Jurídico

Sra. Maria Cristina HERNANDEZ

OBSERVADORES

ESPAÑA

Consejero Rafael TORMO
Embajada de España en la República Argentina

FRANCIA

Consejero Julien PERRIER
Mision Permanente de observación de Francia ante la OEA

Francois PUGEAUT

ITALIA

Marco DELLA SETA
Primer Secretario de la Embajada

LÍBANO

Emb. Riad KANTAR
Embajador de la República del Líbano

PAISES BAJOS

Dr. Kees T. SMIT SIBINGA
Secretario de Embajada

RUSIA

D. Valeriy A. POGRUSHEVSKIY
Consejero de la Embajada

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS INTERAMERICANOS

INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO (IIN)

Dr. Rodrigo QUINTANA
Director

**ENTIDADES Y ORGANISMOS INTERAMERICANOS
GUBERNAMENTALES REGIONALES O SUBREGIONALES**

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID)

Sr. Rafael MILLAN

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS

CONSEJO PERMANENTE

Embajador Flavio Dario ESPINAL
Presidente de la Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos del Consejo Permanente y
Representante de la República Dominicana ante la OEA

SECRETARÍA GENERAL

Dr. César GAVIRIA
Secretario General de la OEA

Dr. Enrique LAGOS
Subsecretario de Asuntos Jurídicos

Dr. Jorge GARCÍA GONZÁLES
Director del Departamento de Cooperación Jurídica

Dr. Jean Michel ARRIGHI
Director del Departamento de Derecho Internacional

Dr. Reinaldo RODRÍGUEZ GALLAD
Secretario de Comisión

Sra. Carmen HERAUD

Especialista de Conferencias

Sr. Guillermo CORSINO
Representante de la OEA en Argentina

ANEXO B

REUNIÓN DE MINISTROS DE JUSTICIA O DE MINISTROS
O PROCURADORES GENERALES DE LAS AMÉRICAS
1 al 3 de diciembre 1997
Buenos Aires, Argentina

OEA/Ser.K/XXXIV.2
REMJA/doc.1/97
3 diciembre 1997
Original: Textual

LISTA DE DOCUMENTOS REGISTRADO POR LA SECRETARÍA
HASTA EL 3 DE DICIEMBRE DE 1997

<u>No. del documento</u>	<u>Título</u> ^{1/}	<u>Idiomas</u> ^{2/}
REMJA/doc.1/97	Lista de documentos registrados por la Secretaría hasta el 10 de noviembre de 1997	Textual
REMJA/doc.2/97	AG/RES. 1482 (XXVII-O/97) Reunión de Ministros de Justicia (Resolución aprobada por la Asamblea General en su vigésimo séptimo período ordinario de sesiones celebrado en Lima, Perú)	E I F P
REMJA/doc.3/97	Temario de la Reunión de Ministros de Justicia o de Ministros o Procuradores Generales de las Américas	E I F P
REMJA/doc.4/97	Informe del Presidente de la Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos sobre la Reunión de Ministros de Justicia	E I F P
REMJA/doc.5/97	La Cooperación Jurídica y Judicial en las Américas (Documento presentado por la Secretaría General/Subsecretaría de Asuntos Jurídicos)	E I
REMJA/doc.6/97	La Cooperación Jurídica y Judicial en las Américas: Principales Lineamientos (Documento presentado por la Secretaría General/Subsecretaría de Asuntos Jurídicos)	E I F P
REMJA/doc.7/97	Agenda de la Reunión de Ministros de Justicia o de Ministros o Procuradores Generales de las Américas (Aprobado en la	E I

1. Título registrado en el idioma original.

2. E = español, I = inglés, F = francés, y P = portugués.

	primera sesión de trabajo celebrada el 1 de diciembre de 1997)	
REMJA/doc.8/97	Lista de Autoridades (Acordada en la primera sesión de trabajo celebrada el 1 de diciembre de 1997)	E I
REMJA/doc.9/97	Orden del día, martes 2 de diciembre de 1997	E I
REMJA/doc.10/97	Organización de los Trabajos	E I F P
REMJA/doc.11/97	Programa	E I F P
REMJA/doc.12/97	Intervención del Presidente de la Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos, Embajador Flavio Darío Espinal, en la Reunión de Ministros de Justicia o de Ministros o Procuradores General de las Américas (Presentada en la Sesión Inaugural celebrada el 1 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.13/97	Intervención del Secretario General de la OEA, César Gaviria Trujillo, en la Reunión de Ministros de Justicia o de Ministros o Procuradores Generales de las Américas (Presentada en la sesión Inaugural celebrada el 1 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.14/97	Estado de Derecho. Nuevas Instituciones y Desarrollos (Ponencia presentada por la Delegación Argentina en la segunda sesión de trabajo celebrada el 1 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.15/97	Reforma a la Justicia, como base de la Democracia y del Desarrollo Económico (Ponencia presentantada por la Delegación de Chile en la segunda sesión de trabajo celebrada el 1 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.16/97	Speech of the Head of the Canadian Delegation Mrs. Thea Herman, Senior Assistant Deputy Minister, Policy Sector, Department of Justice Canada (Submitted at the First Working Session held on December 1, 1997)	Textual
REMJA/doc.17/97	Modernización y Fortalecimiento de la Administración de Justicia. Proceso de Reforma, Nuevas Tendencias y usos de Mecanismos tales como: Arbitraje - Mediación -Conciliación (Ponencia presentada por la Delegación Argentina en la segunda sesión de trabajo celebrada el 1o. de diciembre de 1997)	Textual

REMJA/doc.18/97	Lista de Participantes (Provisional)	Textual
REMJA/doc.19/97	Palabras del Señor Presidente de la Nación doctor Carlos Menem, en el acto de anuncio de la puesta en plena vigencia de la Convención Interamericana contra la Corrupción (Presentado por la Delegación de Argentina en la tercera sesión de trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.20/97	La Lucha contra la Corrupción, el Crimen Organizado y otras Actividades Delictivas (Presentado por la Delegación Argentina en la Tercera Sesión de Trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.21/97	La Lucha contra la Corrupción en la República Dominicana (Presentado por la Delegación de la República Dominicana en la tercera sesión de trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.22/97	Metodología Pedagógica Socializadora. Una propuesta Argentina para la Renovación de la Metodología del Tratamiento Penitenciario (Presentado por la Delegación Argentina en la cuarta sesión de trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.23/97	La Lucha contra la Corrupción, el Crimen Organizado y otras Actividades Delictivas (Presentado por la Delegación de México en la tercera sesión de trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.24/97	Programa Nacional de la Lucha contra la Corrupción (Presentado por la Delegación de Bolivia en la cuarta sesión de trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.24/97 a.	República de Bolivia. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos (Presentado por la Delegación de Bolivia en la cuarta sesión de trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.25/97	Análisis de la Aplicación de los Convenios o Acuerdos de Cooperación de Asistencia Jurídica y Judicial en el Ámbito Americano (Presentado por la Delegación Argentina en la cuarta sesión de trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.26/97	La Política Penitenciaria y los Procesos de Reforma. Afianzamiento de las Iniciativas Orientadas a la Readaptación y Reinserción Social del Detenido/Condenado (Presentado por la Delegación Argentina en la cuarta sesión de trabajo)	Textual

	celebrada el 2 de diciembre de 1997)	
REMJA/doc.27/97	Carta de Intervención Bonaerense (Presentado por la Delegación de Venezuela en la cuarta sesión de trabajo celebrada el 2 de diciembre de 1997)	
REMJA/doc.28/97	Orden del día, miércoles 3 de diciembre de 1997	E I
REMJA/doc.29/97	Política Penitenciaria, los Procesos de Reforma y Afianzamiento de las Iniciativas Orientadas a la Resocialización del Interno (Presentado por la Delegación del Perú en la quinta sesión de trabajo celebrada el 3 de diciembre de 1997)	Textual
REMJA/doc.30/97	Ley 333 de 1996. Por la cual se establecen las normas de extinción del Dominio sobre los Bienes adquiridos en forma ilícita (Presentado por la Delegación de Colombia en la quinta sesión de trabajo celebrada el 3 de diciembre de 1997)	
REMJA/doc.31/97	Judicial Cooperation (Submitted by the United States at the Fifth Working Session, held on December 3, 1997)	Textual
REMJA/doc.32/97	Conclusiones y Recomendaciones (Adoptadas en la quinta sesión de trabajo celebrada el 3 de diciembre de 1997)	E I F P
REMJA/doc.33/97	Informe Final	E I F P